



CENSURA DIGITAL E LIMITES DO ESTADO: LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DA INFORMAÇÃO

DIGITAL CENSORSHIP AND THE LIMITS OF THE STATE: FREEDOM OF EXPRESSION IN THE INFORMATION AGE

Vitor Pablo Brito Soares ¹

Júlia Guimarães Godoi²

Milleny Pereira Monteiro³

A pesquisa aborda a expansão da internet e das redes digitais, que trouxe à tona desafios sobre a liberdade de expressão e os limites da atuação do Estado. A necessidade de coibir conteúdos ilícitos, discursos de ódio e informações falsas entra em tensão com o direito constitucional à livre manifestação de ideias. Afinal, até que ponto a atuação do Estado na moderação de conteúdos digitais pode ocorrer sem violar o direito fundamental à liberdade de expressão? A ausência de critérios claros e objetivos na regulação e moderação de conteúdos digitais tende a gerar intervenções estatais excessivas, colocando em risco direitos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão. Este estudo analisa, sob a perspectiva constitucional, os mecanismos de censura digital, a legislação e decisões judiciais que equilibram a proteção da sociedade e a preservação da liberdade individual. Adotou-se abordagem qualitativa, com análise de normas constitucionais, leis infraconstitucionais, decisões judiciais. Foram examinados casos em que medidas de restrição de conteúdo foram aplicadas, destacando os impactos sobre o debate público e a participação cidadã. Os resultados apontam que, embora haja consenso quanto à necessidade de moderação de conteúdos prejudiciais, a ausência de critérios claros pode gerar intervenção estatal excessiva, ameaçando direitos fundamentais. Observou-se ainda que plataformas privadas exercem papel central na regulação da informação, gerando interação complexa entre poder público e atores privados. A discussão evidencia que a censura digital envolve não apenas a repressão de conteúdos ilegais, mas também a definição de limites constitucionais, especialmente no que se refere à proporcionalidade e razoabilidade das medidas. Políticas de transparência, mecanismos de revisão judicial e participação social na

¹ Discente do 3º período no curso de Direito. Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros/GO. Correio eletrônico: vitorpablo1010111@academico.unifimes.edu.br

² Discente do 3º período no curso de Direito. Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros/GO.

³ Discente do 3º período no curso de Direito. Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, Mineiros/GO.



criação de regras de moderação surgem como essenciais para equilibrar proteção de direitos e liberdade de expressão. Conclui-se que o desafio contemporâneo é construir um arcabouço jurídico que garanta a intervenção estatal legítima, proporcional e sujeito ao controle democrático, evitando arbitrariedades que comprometam a liberdade de expressão, pilar da democracia. Portanto, a pesquisa observa princípios para formulação de políticas públicas e jurisprudências que conciliem segurança, ordem pública e direitos fundamentais na era digital.

Palavras-chave: Censura digital. Liberdade de expressão. Constituição. Atuação estatal. Direito digital.

Keywords: Digital censorship. Freedom of expression. Constitution. State action. Digital law.